Celso Furtado: é preciso obter independência do FMI.

Ele propõe que o Brasil não renove o acordo com o Fundo.

"O Brasil não deve renovar o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional, que já rompeu com as nossas autoridades." Na opinião do economista Celso Furtado, este seria o primeiro passo para que o País recupere a independência perdida desde que começou a negociar com o FMI. Furtado considera "criminosa" a política recessiva existente no Brasil.

O economista chegou ontem à tarde a Brasília para reunir-se com o presidente interino do PMDB, Teotônio Vilela, com quem vai discutir alternativas econômicas para afastar a crise vivida pelo País. Hoje, provavelmente, Furtado virá a São Paulo, para debater os mesmos temas com representantes peemedebistas locais.

No entender de Celso Furtado, para controlar a sua própria economia o país precisa ter autonomia, jamais se privando do poder de decisão, hoje praticamente entregue às imposições do FMI.

Recessão programada

Furtado disse que, no Exterior (ele mora em Paris), a opinião pública considera um erro as negociações do Brasil com o FMI, principalmente porque delas decorre a política recessiva, inadequada para um país como o nosso. "A recessão", observou, "é aceitável apenas para nações já desenvolvidas e onde exista até mesmo o seguro desemprego".

Ele considera ainda mais grave a programação da política recessiva para alcançar um período de três anos, dentro dos pontos estabelecidos pelo FMI.

"Trata-se de uma política criminosa e eu desafio que alguém de bom senso possa justificar esse tipo de comportamento, a não ser com o argumento de que se trata de uma imposição do FMI." Explicou, a respeito, que o Fundo exige uma política recessiva por ser esta uma exigência também dos banqueiros. "Só que, no caso brasileiro, seria um suicídio parar o desenvolvimento do País e pretender pagar a dívida externa assumida junto aos bancos internacionais."

Para Celso Furtado, o que há no Brasil são desajustes nas estruturas oficiais que cuidam da área econômica. "E não são problemas que possam ser resolvidos com uma terapêutica de curto prazo, como a pretendida recessão."

Pelas previsões do ex-dirigente da Sudene, o Brasil poderá chegar à década de 90 com uma produção mais baixa que a atual, com menos emprego e muito mais crise social, caso mantenha a atual política de recessão. Ao contrário, como sustentou, o País precisa colocar em andamento os mecanismos de desenvolvimento para gerar empregos e ativar a economia. "E alguém terá de mostrar que as diretrizes atuais são inviáveis. Elas nos são impostas pelos nossos credores, mas os credores não podem assumir a condição de juízes dos nossos destinos. Será um erro admitir que o que é bom para bancos internacionais é bom para o Brasil."

"Desgoverno"

A opinião de Celso Furtado sobre a atual linha seguida pela área econômica oficial é a de que: "O Brasil está praticamente desgovernado, pois, do contrário, não ocorreriam episódios como o recente estouro do grupo econômico Coroa-Brastel". No seu entender, esse episódio é uma demonstração de inexistência de fiscalização. "O Banco Central parece não existir; como, um mês antes, o BC estava ajudando o grupo que acabou quebrando?."

Moratória

O economista acha que o FMI já está praticamente rompido com o Brasil há três meses, quando se recusou a entregar a parcela dos recursos negociados. E notou que "este é um punhado de dólares que vai servir apenas para pagar os empréstimos-ponte'

Furtado criticou as relações com os banqueiros, mbrando que se trata de entidades privadas, para advertir que a moratória só se negocia com credores soberanos. É que na moratória sempre há perdas, que os credores privados não aceitam.

Sustentou ainda que a moratória é um ato unilateral e, mais que isso, um ato de soberania. "É isso que cabe ao Brasil" assinalou, ao sustentar o ponto de vista de que o País não pode, se quiser manter a soberania, negociar moratória, como propôs o senador Roberto Campos.

A seu ver, numa negociação com os banqueiros, estes haverão sempre de tentar tirar proveito da situação. Ele deu um exemplo de como, na prática, isso ocorre: "Os pequenos bancos teriam certamente até protestado títulos assinados pelo Brasil, mas não fizeram isso porque os grandes bancos não permitiram".